

Gomes, P. M. (Coord.) (2025). *O jornal está na rua: a imprensa no centro da Revolução de Abril*. Âncora Editora. 269 pp. ISBN 9789727809974

Alberto Arons de Carvalho
(Universidade Autónoma de Lisboa)
(aarons@netcabo.pt)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0953-0193>

Alberto Arons de Carvalho: Doutorado em Ciências da Comunicação pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa e licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. É, desde outubro de 2018, docente na Universidade Autónoma de Lisboa. Foi docente no Departamento de Ciências da Comunicação na FCSH da Universidade Nova de Lisboa entre 1981 e 1995 e entre 2002 e 2016. Exerceu os cargos de Secretário de Estado da Comunicação Social entre 1995 e 2002 nos XIII e XIV governos constitucionais e de deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República (1975 a 1983, 1987 a 1995 e 2002 a 2009). Foi fundador do PS e da JS. Foi jornalista no *República* (1974/5) e em *A Luta* (1975/6), membro do Conselho de Imprensa (em 1975 e entre 1985 e 1988) e dos Conselhos de Informação para a Imprensa (1977-80) e para a RDP (1980-84). Foi vice-presidente do Conselho Regulador da ERC entre 2011 e 2017. Foi vice-presidente do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Lisboa entre 2015 e 2019. É membro do Conselho Geral Independente da RTP desde novembro de 2020, tendo sido eleito Presidente deste órgão em novembro de 2024. Publicou nove livros, quatro dos quais em coautoria, sobre temas relativos à comunicação social.

Submissão: 06/09/2025

Aceitação: 30/11/2025

O jornal está na rua: a imprensa no centro da Revolução de Abril

Resumo (PT): O livro *O jornal está na rua: a imprensa no centro da Revolução de Abril* oferece-nos um vasto conjunto de dados e informações sobre a realidade do setor da imprensa portuguesa no período imediatamente subsequente ao 25 de Abril, através, nomeadamente, da análise, evolução e desafios dos quinze jornais de âmbito nacional então existentes, com sede em Lisboa ou no Porto. Trata-se de uma época incontestavelmente relevante em diversos aspetos relacionados com o setor da comunicação social: na definição e nas disputas ideológicas relativas às políticas públicas, na oferta e diversidade do mercado e na participação dos jornalistas e de outros profissionais do setor na orientação dos órgãos de comunicação social.

Palavras-chave: Imprensa portuguesa, Período 1974-75, Políticas de Comunicação Social

The newspaper is on the street: the press at the center of the April Revolution

Abstract: The book *The newspaper is on the street: the press at the center of the April Revolution* offers us a vast set of data and information on the reality of the Portuguese press sector in the period immediately following the 25th of April, through, in particular, the analysis, evolution and challenges of the fifteen national newspapers that existed at the time, based in Lisbon or Porto. This is an undeniably important time in several aspects related to the media sector: in the definition and ideological disputes regarding public policies, in the supply and diversity of the market and in the participation of journalists and other professionals in the sector in the guidance of the media.

Keywords: Portuguese press, 1974-75 Period, Media Policies

1.

O livro “*O Jornal está na Rua – A Imprensa no centro da Revolução de Abril*” oferece-nos um vasto conjunto de dados e informações sobre a realidade do setor da imprensa portuguesa no período imediatamente subsequente ao 25 de Abril. Trata-se de uma época incontestavelmente relevante em diversos aspetos relacionados com o setor da comunicação social: na definição e nas disputas ideológicas relativas às políticas públicas, na oferta e diversidade do mercado e na participação dos jornalistas e de outros profissionais do setor na orientação dos órgãos de comunicação social.

Ao ler “*O Jornal está na Rua*” recordei, inevitavelmente, dois estudos inultrapassáveis na investigação sobre a relação entre a comunicação social e o poder político: de Siebert, Schramm e Petersson, *Four Theories of the Press*, e de Hallin e Mancini, *Comparing Media Systems*.

O primeiro, publicado em 1956, mas adequado à época que aqui analisamos, enumera aquilo que os seus autores consideram como as quatro conceções que influenciam as políticas públicas para a imprensa: autoritária, liberal, responsabilidade social e comunista ou, numa tradução menos literal, marxista-leninista. De facto, na sua história, Portugal já sofreu a influência destas quatro teorias: autoritária, desde o nascimento da imprensa até 1820; liberal, entre 1820 e 1926, embora com alguns intervalos, nomeadamente na fase final da monarquia; de novo autoritária entre 1926 e 1974; comunista ou marxista-leninista, de alguma forma, em 1975; e responsabilidade social, progressivamente, depois de 1976.

No entanto, pode-se dizer que no próprio período entre 1974 e 1976 estiveram em causa estas quatro conceções:

Autoritária – não apenas nos resquícios da legislação do período anterior ao 25 de Abril, então ainda parcialmente em vigor, mas em alguns sinais de autoritarismo evidenciados em iniciativas como a *comissão ad hoc*...;

Liberal – com o fim da censura e a entrada em vigor da Lei de Imprensa de 1975, nomeadamente consagrando novos direitos dos jornalistas;

Comunista – com a nacionalização (embora indireta...) da imprensa; com os casos *República* e *dos 24* no *DN*; com a influência de trabalhadores não jornalistas na orientação dos jornais, ou, como referia então Mário Mesquita, “cada jornal segundo a sua tipografia”; com a proposta do Grupo Parlamentar do PCP de um artigo para a

Constituição segundo o qual era função da comunicação social “promover a mobilização e a consciencialização de todo o povo português na construção do socialismo”; ou, de acordo com uma nota de serviço da direção da Emissora Nacional de 8 de agosto de 1975, em pleno PREC: “A Emissora Nacional é um órgão de comunicação social dependente do Governo pelo que qualquer informação ostensivamente contrária ao Governo ou a qualquer dos seus membros não pode ser transmitida”.

Responsabilidade social – com a valorização, desde logo na Lei de Imprensa de 1975, não só da liberdade de expressão, mas também do direito dos cidadãos à informação; o início da regulação (através de experiência *sui generis* do Conselho de Imprensa...) e o início da construção do *edifício legislativo* do setor.

O segundo livro, de Hallin e Mancini, bem mais recente (2004), analisa as relações entre a comunicação social e os sistemas políticos, de acordo com a tese de que não é possível compreender os média sem analisar a natureza do Estado, o sistema de partidos políticos, as relações entre interesses económicos e políticos e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros indicadores, como a circulação de jornais, a ligação da imprensa aos partidos políticos e o papel do Estado no sistema dos *media*.

Os autores consideram a existência de três modelos do sistema de *media*: “liberal, democrático corporativo e pluralista polarizado”.

Ainda de acordo com os autores, o modelo pluralista polarizado, onde se integrariam os países do sul da Europa e também Portugal, caracterizava-se por um alinhamento dos *media* com partidos ou correntes políticas, por um desenvolvimento histórico mais fraco dos *media* comerciais e por um forte papel do Estado.

Em minha opinião, em 2004, quando o livro de Hallin e Mancini foi publicado, o sistema de *media* em Portugal já não tinha claramente estas características, mas em 1975 elas eram então evidentes: a nacionalização de grande parte dos jornais, decorrente da nacionalização da banca como resposta à tentativa de golpe militar de março de 1975; o monopólio da televisão; o duopólio na rádio; a inexistência (ainda) de rádios locais e regionais; a assumida ligação de alguns jornais a partidos políticos – como é tão bem ilustrado neste livro “*O Jornal está na Rua*”, ao referir-se que há jornalistas que mudam de jornal por indicação partidária; e a possibilidade de exercer, sem qualquer reparo, simultaneamente, cargos político-partidários e a atividade jornalística profissional, o que seria, hoje, completamente impossível e até reprovável.

Em 1975, o surgimento de alguns jornais diários (*Jornal Novo*, *O Jornal*, *o Tempo* e *A Luta*) constituía, assim não apenas uma resposta do mercado como, sobretudo, uma resposta na imprensa e na comunicação social ao vazio político-ideológico de algumas áreas políticas na oferta mediática e à consequente ausência de pluralismo externo.

O aparecimento desses jornais representa a tentativa de responder a públicos que não se reviam numa imprensa não apenas estatizada, mas por vezes governamentalizada e, no conjunto da comunicação social, ideologicamente comprometida à esquerda. Ou seja, um dos critérios relevantes para o investimento num jornal era a sua viabilidade, entendida como resposta adequada a um público que escolheria o seu jornal tendo em conta critérios predominantemente ideológicos.

Uns anos mais tarde, o fraco índice de leitura de jornais, uma das características que Hallin e Mancini assinalam relativamente a Portugal – e que se agravou substancialmente neste século –, retirariam espaço (mercado e leitores) a jornais ideologicamente comprometidos ou “afunilados”, induzindo a imprensa e os jornalistas a procurarem na diversidade ideológica dos leitores a resposta para uma oferta mais limitada.

2.

Pedro Marques Gomes, coordenador deste livro e autor de três dos seus doze capítulos, tem dado um insubstituível contributo para o estudo do setor da comunicação social no período imediatamente posterior ao 25 de Abril. Recordo o vasto e muito interessante livro, *A Imprensa na Revolução*, publicado em 2021, sobre esta época tão relevante na história recente de Portugal.

Desta vez, Pedro Marques Gomes substituiu uma análise mais transversal sobre a evolução da imprensa nesse período pelo excelente contributo de diversos investigadores e testemunhas, que têm como tema cada um dos diversos jornais existentes ou criados no período entre 25 de Abril de 1974 e 25 de novembro de 75 – trata-se de quinze jornais generalistas e de âmbito nacional, dos quais doze diários –, descrevendo e avaliando o seu papel, os seus desafios e, em muitos aspetos, a sua “vida interna”, com grande detalhe e incontestável conhecimento.

Este livro é ainda mais relevante porque, em Portugal, não houve até agora um período – neste caso de apenas cerca de dois anos – em que tivesse havido tantas mudanças, quer nas políticas públicas para os *media*, quer na oferta de órgãos de comunicação social,

desde o número de jornais até à sua propriedade, orientação editorial e alinhamento ideológico. E tantas polémicas sobre temas relativos à comunicação social: recorde-se apenas um exemplo, amplamente abordado neste livro, o “caso *República*”, que conduziria à queda de um Governo e teria uma vasta repercussão internacional.

As políticas públicas para a comunicação social tinham então tanta relevância que na composição dos seis governos provisórios, bem como, já em 1978, nos IV e V governos constitucionais, havia um Ministro da Comunicação Social, que, acrescente-se, chegou a tutelar um Secretário de Estado da Cultura. E a primeira lei orgânica do Ministério da Comunicação Social, em 1974, previa um quadro de pessoal com 874 funcionários.

De facto, o 25 de Abril e o imediato fim da censura prévia e dos drásticos limites aos direitos dos jornalistas e à liberdade de criação de empresas não conduziram automaticamente a uma informação livre e plural ou a um alargado consenso sobre as políticas para o setor.

Numa primeira fase, a liberdade de imprensa estava condicionada por uma chamada *Comissão ad hoc*, dependente das instâncias militares, que aplicaria, de forma polémica e contestada, diversas sanções administrativas a jornais.

Numa segunda fase, já depois da entrada em vigor da Lei de Imprensa de fevereiro de 1975, há um novo evento relevante: no mês seguinte, em março de 1975, a nacionalização da banca, então proprietária de nove dos onze jornais diários generalistas de âmbito nacional – no setor privado ficariam apenas o *Primeiro de Janeiro* e o *República*, a que se juntava o *Expresso* – conduz a uma disputa entre quatro tipos de legitimidade/influência: 1) do poder político, nomeadamente os governos – recorde-se que entre o 25 de Abril de 74 e novembro de 75 houve seis governos, que passam a designar os administradores e consequentemente a procurar influenciar determinadamente a escolha dos diretores dos jornais estatizados e a sua orientação editorial; 2) dos jornalistas, que reclamam pela sua autonomia e independência face aos dirigentes das empresas, sobretudo as estatizadas; 3) dos trabalhadores dos jornais que exigem participar ou mesmo dirigir esses jornais – recorde-se a escolha de um tipógrafo como diretor no *Século*, o afastamento da direção do *República* num plenário de trabalhadores contra a vontade dos acionistas e da esmagadora maioria dos jornalistas, em maio de 1975, e os saneamentos em alguns jornais estatizados, nomeadamente no

Diário de Notícias; e 4) dos acionistas dos jornais não estatizados, que veem o âmbito da sua intervenção limitado pela ação dos jornalistas e dos trabalhadores dessas empresas.

Como este livro descreve também, os próprios jornalistas assistem na classe a diversas situações invulgares: alguns deles são atores políticos, acumulando funções jornalísticas e parlamentares; outros mudam de jornal por lógicas e imperativos partidários.

Também nesse período, a estatização e a radicalização de alguns jornais abre espaço para novos órgãos privados. Em 1975, surgem quatro novos jornais: *Jornal Novo* em abril, *Jornal e Tempo* em maio, *A Luta* em agosto, todos também analisados neste estudo.

São estes desafios, estas frequentes mudanças, a multiplicidade de experiências e de contextos, detalhadamente descritos, que constituem o principal contributo deste livro, cuja leitura vivamente recomendo.

REFERÊNCIAS

- Gomes, P. M. (Coord.) (2025). *O jornal está na rua: a imprensa no centro da Revolução de Abril*. Âncora Editora.
- Gomes, P. M. (2021). *A imprensa na Revolução, os novos jornais e as lutas políticas de 1975*. Imprensa Nacional.
- Hallin, D. e Mancini, P. (2004). *Comparing media systems*. Cambridge University Press.
- Schramm, W., Siebert, F. & Peterson, T. (1956). *Four theories of the press*. University of Illinois Press.